

LUTAS FRUSTRADAS, SEMENTES PLANTADAS: MOBILIZAÇÕES DO MST NO NOROESTE E TRIÂNGULO MINEIRO (1989-1992)

FRUSTRATED FIGHTS, PLANTED SEEDS: MST MOBILIZATIONS IN
THE NORTHWEST AND WEST OF MINAS GERAIS/BRAZIL (1989-1992)

Arnaldo José Zangelmi¹

Endereço: Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rua do
Seminário centro. CEP: 35420000 - Mariana, MG - Brasil
Email: arnaldozan@yahoo.com.br

Resumo: O objetivo desse artigo é tratar das mobilizações de alguns militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra nas regiões Noroeste e Triângulo Mineiro, entre os anos de 1989 e 1992. Assim, buscou-se discutir suas ações no sentido da realização de ocupações de terras, suas interações com os trabalhadores rurais para esse intento, a reação de seus adversários e as relações com as outras organizações empenhadas na luta pela terra nesses contextos.

Palavras-chave: MST; Minas Gerais; Luta pela Terra

Abstract: The purpose of this article is to address the mobilization of some MST activists in Northwest and West of Minas Gerais/Brazil, between the years 1989 and 1992. Thus, we attempted to discuss his actions towards the realization of land occupations, their interactions with rural workers for this purpose, the reaction of his opponents and relations with other organizations engaged in the struggle for land in these contexts.

Keywords: MST; Minas Gerais; Fight for Land

1 - Doutor em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professor na Universidade Federal de Ouro Preto. Coordena o projeto de pesquisa conflitos pela terra em Minas Gerais: subversão, repressão e relações institucionais (1964-1985).

Agora, em pleno céu, o sol de abril brilhava em toda a sua glória, aquecendo a terra que germinava. Do flanco nutriz brotava a vida, os rebentos desabrochavam em folhas verdes, os campos estremeciam com o brotar da relva. Por todos os lados as sementes cresciam, alongavam-se furavam a planície, em seu caminho para o calor e a luz. Um transbordamento de seiva escorria sussurrante, o ruído dos germes expandia-se num grande beijo. E ainda, cada vez mais distintamente como se estivessem mais próximos da superfície, os companheiros cavavam. Sob os raios chamejantes do astro rei, naquela manhã de juventude, era daquele rumor que o campo estava cheio. Homens brotavam, um exército negro, vingador, que germinava lentamente nos sulcos da terra, crescendo para as colheitas do século futuro, cuja germinação não tardaria em fazer rebentar a terra.

(Émile Zola, *Germinál*)

Introdução

No final da década de 1970 e início da década de 1980 é perceptível um revigoramento na luta pela terra em várias regiões do Brasil, em paralelo com a redemocratização de nossas instituições políticas. Nesse contexto, surgem novos atores e estratégias, assim como as relações entre sociedade civil e Estado são redimensionadas. As ocupações de terra e formação de acampamentos têm centralidade nesse processo, sendo uma inflexão nas interações entre as mobilizações locais, movimentos e poder público. Segundo Sigaud, “ocupar terras e nelas montar acampamentos tornou-se, nos últimos vinte anos, a forma apropriada para reivindicar a reforma agrária no Brasil”¹. Essas ações se massificaram e generalizaram, na medida em que passaram a ser realizadas por um grande número de famílias e uma diversidade de movimentos, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), cuja emergência teve grande destaque nesse momento.

Fundado em 1984, o MST tem suas origens vinculadas às ocupações de terra organizadas no Sul do Brasil a partir de 1979, com forte apoio da CPT², cujos membros, em muitos casos, compuseram seus primeiros quadros. Esse movimento

1 SIGAUD, Lygia. As condições de possibilidade das ocupações de terra. *Tempo Social*. v. 17, n. 1, p. 255-280, 2005. p. 255.

2 Criada em 1975, a CPT foi importante “instrumento na promoção de justiça social e direitos humanos no campo”, seguindo a tradição de atuação progressista de alguns setores da Igreja Católica. Inserida numa longa trajetória de lutas, essa organização surgiu ligada pastoralmente à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas com autonomia organizativa, e teve como algumas de suas principais bandeiras a defesa da função social da terra. POLETTI, Ivo. A Igreja, a CPT e a Mobilização pela Reforma Agrária. In: CARTER, M (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed UNESP, 2010, p. 138.

emergente, fortemente influenciado pelo ideário marxista e valores católicos³, desenvolveu novas estratégias de organização e enfrentamento, especialmente as ocupações de terra e formação de acampamentos, expandindo suas ações para várias regiões do Brasil.

Em Minas Gerais, as primeiras ocupações dessa natureza foram realizadas na segunda metade dos anos de 1980, inicialmente no Nordeste Mineiro, com forte participação de militantes do MST de Santa Catarina, sindicatos locais e integrantes da Comissão Pastoral da Terra da região. Esses militantes sulistas, buscando realizar ocupações de terra noutras regiões do Brasil, estabeleceram alianças em locais onde já existiam mobilizações em curso, facilitando e potencializando sua interação com os trabalhadores rurais.

Nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, historicamente marcados por concentração de terras e conflitos fundiários, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁴ e a CPT já atuavam por mais de uma década, desenvolvendo reflexões sobre injustiça social, concentração de terras, organização popular etc., articulando referenciais religiosos e políticos no sentido da mobilização pela reforma agrária. Nessa região, também, ocorriam intensas disputas no interior do movimento sindical, sendo que grupos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) disputavam espaço com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG)⁵, tendo a reforma agrária como uma de suas principais bandeiras. Nesse quadro de intensa mobilização e renovação política, o MST, aliado principalmente a integrantes da CPT e da CUT, encontrou espaço para formar seus primeiros quadros de militantes em Minas Gerais e realizar as primeiras ocupações massivas⁶.

Em 1988 foi realizada a primeira ocupação, no município de Novo Cruzeiro, dando origem a um conflito emblemático para a luta pela terra no estado, que levou à conquista do Assentamento Aruega. Duas outras ocupações se seguiram a essa, nas fazendas Sapezinho (Novo Cruzeiro) e Bela Vista (Teófilo Otoni), com desfechos bem

3 O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII, marcou uma mudança da Igreja Católica no sentido de uma maior abertura aos leigos, ecumenismo e liturgia mais acessível, mudanças que influenciaram profundamente no catolicismo latino-americano. Essa tendência se fortaleceu e aprofundou com a II Conferência Episcopal, realizada em Medellín (1968), na qual foi definida a "opção preferencial pelos pobres". Em face da extrema desigualdade social do continente, parte significativa da Igreja Católica se volta para a busca por transformações sociais e políticas, apoiando-se num conjunto de concepções que ficou conhecida como Teologia da Libertação. Para mais informações ver LOWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1993. SMITH, Christian S. *The emergence of Liberation Theology: Radical Religion and Social Movement Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

4 As Comunidades Eclesiais de Bases foram, nos anos de 1970 e 1980, grupos de reflexão predominantemente católicos que, ao articular referenciais religiosos e políticos, deram base para a organização de trabalhadores rurais em pastorais, sindicatos e movimentos de luta pela terra em várias regiões do Brasil.

5 Fundada em 1968, a Fetaemg é uma entidade sindical filiada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). No contexto aqui discutido, a Federação mantinha uma postura moderada em relação à luta pela terra, diferentemente do ascendente movimento sindical impulsionado pela Central Única dos Trabalhadores, para o qual a mobilização pela reforma agrária tinha centralidade, contribuindo decisivamente para a realização de ocupações de terra e resistência nos acampamentos.

6 ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e Bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

diferentes. As famílias acampadas foram violentamente despejadas, assim como o MST isolado e deslegitimado na região. Dois fatores foram centrais para o enfraquecimento dessas mobilizações: Por um lado, os adversários (fazendeiros, políticos locais, policiais etc.) se organizaram de forma cada vez mais eficiente para a desmobilização dos trabalhadores rurais; Por outro, MST e CPT passaram a ter fortes divergências sobre os rumos das mobilizações⁷.

Diante desse contexto adverso, esses militantes do MST buscaram realizar ocupações nas regiões Noroeste e Triângulo de Minas Gerais. O presente artigo visa elucidar alguns contornos dessa empreitada que, apesar do desfecho desfavorável, foi fortemente significativa para os desdobramentos da luta pela terra no estado.⁸ Raríssimos estudos históricos se dedicaram à reconstrução desses acontecimentos, tanto pelo fato da luta pela terra em Minas Gerais ser, de forma geral, um tema recorrentemente negligenciado quanto pelo pouco interesse acadêmico e político pelo desvendamento de mobilizações frustradas, cujas consequências concretas são nebulosas e questionáveis.

A pesquisa aqui apresentada teve por base procedimentos metodológicos da história oral e da micro-história⁹. Foram realizadas entrevistas com diversos atores que participaram desse processo, especialmente militantes do MST. Também foi analisado denso material escrito disponível em diversos arquivos, como o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), o acervo da Comissão Pastoral da Terra e a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG) disponível no Arquivo Público Mineiro. No que se refere aos procedimentos da micro-história, destacamos a importância da redução da escala de observação, da análise densa das fontes e da investigação indutiva para a reconstrução dos acontecimentos em questão nessa pesquisa.

Deslocamento para Unaí

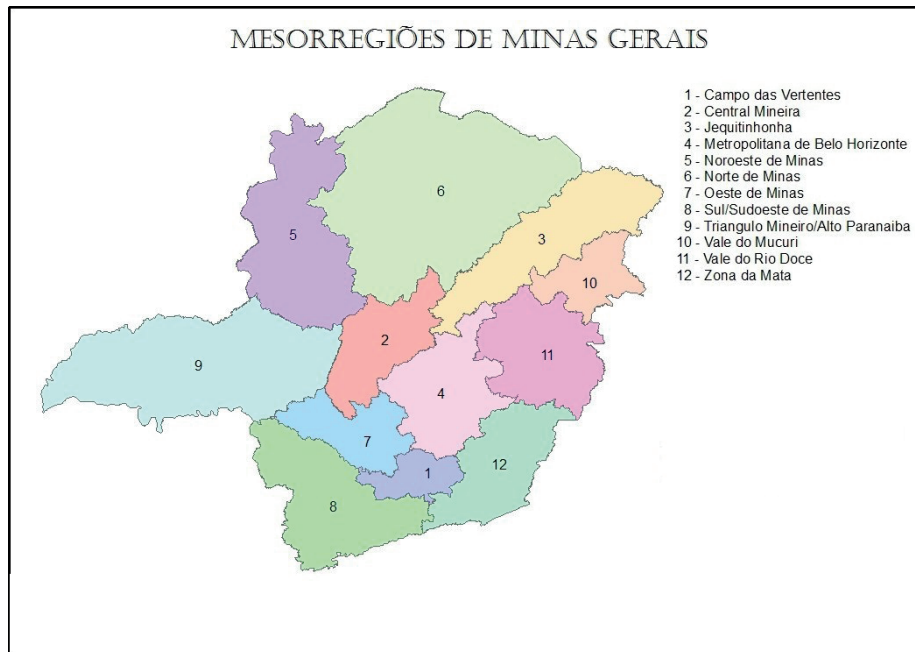
Em 1989, diante de um contexto cada vez mais adverso, os militantes do MST formados nos vales do Jequitinhonha e Mucuri concentraram seus esforços na microrregião de Unaí, marcada pela intensa mobilização sindical e influência de outros segmentos da CPT. Por essa mobilização prévia, esse espaço foi considerado fértil para

7 Ibidem.

8 As informações disponibilizadas nesse artigo são, em grande medida, provenientes de minha tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob orientação da professora Leonilde Medeiros, a quem agradeço pelo incentivo e dedicação a essa pesquisa.

9 AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Mitos, emblemas, sinais. São Paulo: Cia das Letras, 1989. LEVI, Giovanni., Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. REVEL, J. P. In: LEVI, G. A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

a inserção desses atores que haviam acumulado experiência política em suas regiões de origem e teriam oportunidade de constituir laços com novos grupos de militantes e trabalhadores rurais.



Fonte: IBGE, 2010

Apesar do processo de abertura política ainda levar alguns anos, no início da década de 1980 havia uma conjuntura relativamente favorável para a defesa da reforma agrária, com a ascensão e fortalecimento de vários movimentos em consonância com esforços para a redemocratização institucional. Em Minas Gerais, a eleição de Tancredo Neves como governador assinalou nesse sentido, sendo visto de forma esperançosa por grande parte dos atores mobilizados na luta pela terra. Tratou-se de um governo heterogêneo, que incorporava, mesmo que com menor poder, setores que buscavam maior participação e atendimento às demandas populares:

A vitória do PMDB em 1982 para o governo do estado (gestão Tancredo Neves/Hélio Garcia) aglutinou diversos setores oposicionistas, sendo que a área social foi entregue a setores progressistas, e a área econômica aos setores conservadores. Porém, na disputa interna pelo controle do governo, estes últimos mantiveram a hegemonia¹⁰.

No entanto, na segunda metade da década de 1980, surgiram obstáculos políticos significativos, principalmente devido à impermeabilidade dos governos de Hélio Garcia (1984-1987, 1991-1995) e Newton Cardoso (1987- 1991) ao diálogo com os grupos mobilizados e à conjuntura nacional desfavorável. O espaço participativo é fechado

¹⁰ MENEZES NETO, A. J. de. Participação e Educação: o caso das políticas sociais em Minas Gerais. Educação e Filosofia, 10, p. 155-167, 1996, p. 158.

nesse momento, diante do maior direcionamento das políticas para a modernização produtiva em vários setores da economia mineira, inclusive no que se refere ao meio rural:

No campo, a problemática da reforma agrária e do pequeno produtor é minimizada por novas análises, que contemplam o avanço produtivo, gerado pela modernização das relações de produção no campo como consequência das aplicações tecnológicas no setor, como o novo paradigma rural. Esta reestruturação do capitalismo será um fator fundamental de desmobilização das demandas populares¹¹.

Já no final da década de 1980 e início dos anos de 1990, enquanto no âmbito federal se delineava a hegemonia do modelo neoliberal (com Collor e, em seguida Itamar e FHC), Minas Gerais tinha contornos específicos com o Governo Newton Cardoso - PMDB (1987/91), momento no qual o estado passou por um forte processo de enfraquecimento no que se refere ao planejamento¹².

A conjuntura no âmbito federal também era desfavorável. Depois do Governo Sarney (1985-90), no qual a reforma agrária se configurou numa promessa não cumprida, o Governo Collor (1990-1992), fortemente associado ao poder dos latifundiários, destacou-se como período de maior repressão, criminalização e violência contra os movimentos sociais. Nesse quadro, o lapso legal criado pela Constituição de 1988 também teve um peso significativo, pois diante da ausência de regulamentação sobre os dispositivos constitucionais para as desapropriações, as ocupações foram inibidas¹³.

A partir de 1989, diante dos problemas ocasionados pelos despejos de Sapezinho e Bela Vista e da crise de representação do Movimento nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, vários militantes do MST foram destacados para tentar realizar ocupações noutras regiões de Minas Gerais, principalmente Noroeste e Triângulo. Essas regiões foram almejadas também por se tratarem de lugares nos quais existiam muitos latifúndios e trabalhadores no campo, tendo assim um forte potencial de mobilização. A influência da CPT nessas regiões também apresentava diferenças em relação à região de origem desses militantes, sendo contrabalançada pelo forte movimento sindical, o que pode ter sido um estímulo para essas escolhas, em face das divergências ressaltadas anteriormente.

No entanto, essa nova empreitada não significou a total paralisação das ações no Nordeste Mineiro, mas sim indica que, diante daquele momento desfavorável,

11 Ibidem.

12 Ibidem.

13 FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J.J. de; Constituição vinte anos: Caminhos e descaminhos da reforma agrária - embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). In: IPEA. Políticas sociais: acompanhamento e análise - 17. Brasília (DF), IPEA. (Vol. 2), 2009.

a realização de novas ocupações de terra seria supostamente mais viável noutros contextos. Vários depoimentos apontam nesse sentido¹⁴:

De 1990 a 1993 a repressão foi muito forte, **precisamos dar uma retraída aqui (Nordeste Mineiro) pra poder atuar em outras regiões**, Por isso foi para o Noroeste, em 89. Em 90 a prisão lá no Triângulo Mineiro. (...) Depois da repressão violenta lá (Jequitinhonha e Mucuri) a gente achou que **estava sem clima para isso (novas ocupações), o povo estava com medo**. E as portas se fechando, **divergências com a CPT**. Fomos para o Noroeste, **tomamos uma porrada lá**, mas deixamos uma sementinha lá (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Essa narrativa e argumentação de Pacheco, em tom de justificativa e desconcerto, não foi naturalmente expressa em seu depoimento, dependendo de uma série de estímulos do pesquisador, visando contrastá-lo com algumas situações mais problemáticas. As entrevistas que dão base para as reflexões desse artigo foram realizadas com militantes do MST provenientes dos vales do Jequitinhonha e Mucuri, jovens que passaram por situações fortemente adversas. Portanto, houve uma forte resistência inicial para abordar esses acontecimentos nas entrevistas, assim como o desenrolar dos depoimentos foi delicado, requerendo inúmeros cuidados.

Algumas memórias permanecem no *silêncio*, suprimidas diante da opressão, do enquadramento, da vergonha, da culpa e da exclusão, resistindo e movimentando-se subterraneamente através de redes de reciprocidade, a espera de uma *escuta* para que possam emergir num contexto mais favorável¹⁵. Portanto, podem existir pactos tácitos selados entre aqueles que vivenciaram experiências traumáticas, pois suas lembranças podem ocasionar constrangimentos, estigmatização e preconceito. No entanto, como argumenta Portelli¹⁶ essas memórias podem ser conhecidas, pois o “indizível é dito”. Nesse sentido, o autor sugere o procedimento de se relacionar os fatos e constituições narrativas com as articulações específicas da forma de lembrar em cada grupo.

Ao que tudo indica, o fracasso dessas mobilizações no Jequitinhonha e Mucuri, assim como o isolamento e perda de legitimidade desses militantes, são lembranças pouco explicitadas pelos entrevistados. Isso ficou evidente já no início de alguns depoimentos quando, ao narrarem suas trajetórias nas mobilizações, suprimiram os despejos no Nordeste de Minas Gerais, assim como as incursões no Noroeste e Triângulo. No contraste desses depoimentos com matérias de jornais, foi possível identificar essa lacuna e, assim, estimular os entrevistados a falar dessas mobilizações. Dessa forma,

14 Os nomes dos entrevistados foram substituídos por pseudônimos.

15 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, n.3, Rio de Janeiro: CPDOC, 1989.

16 PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana [Toscana: 29 de julho de 1944]: mito, política, luta e senso comum. In: AMADO, Janaína.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs). Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

quando percebiam que havia um conhecimento prévio sobre esse processo, passavam a dar sua versão daqueles acontecimentos, com desconcerto e inquietação.

Ao longo de vários depoimentos, o sentimento de dor, vergonha, constrangimento e angústia em relação a essas experiências frustradas foi dando lugar ao desejo de, diante de uma escuta interessada, registrar suas versões dos acontecimentos, mostrar interpretações alternativas em relação tanto aos seus aliados, que salientavam a irresponsabilidade das ocupações, quanto ao discurso oficial do Movimento, que tendia a suprimir as estratégias polêmicas e fracassadas.

Pelo que pudemos perceber, as novas mobilizações foram realizadas em vários municípios da região de Unaí e se desenrolaram por vários meses, criando uma forte expectativa sobre a realização de ocupações de terra entre militantes e trabalhadores rurais da região:

Em Unaí - uma região que também tem muitos latifúndios - nós estávamos já há seis meses organizando os trabalhadores, nuns sete ou oito municípios: Unaí, Paracatu, João Pinheiro, Buritis... E a gente fazia muitas reuniões com as famílias, para explicar como seria a vivência num acampamento, um trabalho de formação mesmo (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

As lembranças sobre o chamado “trabalhos de base” estão muito vivas nas memórias desses atores, que, como no depoimento acima, salientam o intenso fluxo de comunicação entre os militantes e a base de trabalhadores rurais da região, num esforço contínuo de aproximação e conquista de confiança. Pelos depoimentos também ficou evidente como esse processo se deu através da parceria com a CPT da região e com alguns sindicatos, não contando com a proeminência da FETAEMG, que, como foi salientado anteriormente, tinha uma postura receosa em relação a esses conflitos:

Estava tranquilo, tinha articulação para fechar com 300 famílias. A CPT estava junto com a gente, a FETAEMG não assumia não, eram sindicatos isoladamente. A FETAEMG não entrava nessa época que o pau comia, depois, quando estava mais brando, eles entraram. (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Apesar da interpretação de Pacheco sobre a postura receosa da Federação ser convergente com o que apontaram alguns trabalhos acadêmicos¹⁷, cabe situar sua perspectiva no conjunto de relações que compunham a luta pela terra no período, que envolvia disputas entre as diversas organizações que buscavam apoiar/organizar os trabalhadores rurais, cada qual salientando seu protagonismo nos diversos processos.

17 Alguns estudos têm salientado o pouco envolvimento da FETAEMG na luta pela reforma agrária até a década de 1980, salientando seu caráter assistencial. Para mais informações, ver os seguintes estudos: FERREIRA NETO, José A. Lideranças Sindicais e Ação Coletiva: A FETAEMG e a luta pela terra em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). UFRJ, Rio de Janeiro, 1999. SGRÉCIA, Alexandre e GADELHA, Edmar G. Movimento rural: 1970-85. In: M. J. POMPERMAYER, M. J. (org.), Movimentos sociais em Minas Gerais: emergências e perspectivas, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1987.

Em certos casos, como indicado em diversos depoimentos, “todo mundo quer ser o pai” dos grupos mobilizados.

No “trabalho de base”, os militantes do MST realizaram reuniões de esclarecimento sobre os procedimentos nas ocupações, a vida nos acampamentos e as relações com o poder público, orientando e estimulando os trabalhadores rurais para a ocupação que se aproximava, cuja data e local eram sigilosos para evitar que os adversários em potencial a impedissem. Essa mobilização, que já contava com a participação de um grande número de famílias dispostas a realizar uma ocupação, foi interrompida pela prisão dos militantes advindos do Nordeste Mineiro. Em vários depoimentos foi retratada a surpresa dessas lideranças nesse momento adverso:

Em Unaí, nós tínhamos alugado uma casa. A polícia chegou por volta de cinco da tarde, prendeu todo mundo. Do jeito que a gente estava foi para a delegacia, não deu tempo de avisar ninguém. Nós passamos a noite toda depondo na delegacia de Paracatu. E de lá nós fomos parar em Belo Horizonte, então nós **viajamos de Unaí a BH de camburão. (...) Nós fomos presos no DOPS, na época tinha muito resquício da ditadura militar.** A polícia agia com muita repressão. A gente não apanhou, mas a pressão psicológica foi muito grande. Você passar a noite inteira num interrogatório, viajar nove horas até Belo Horizonte num camburão. E nós ficamos presos, incomunicáveis, durante três dias. Ninguém sabia onde nós estávamos! (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Na iminência de uma primeira ocupação - pouco após a realização de uma última reunião mais ampla com as lideranças locais – os militantes do MST foram surpreendidos pelos policiais no dia 27 de julho de 1989 e encarcerados sem justificativa clara:

Lá no Noroeste a gente já tinha umas 250 famílias prontas para ocupar, com lona comprada e feira no saco. E a gente ainda, meio inexperiente, fizemos esse encontro entre as lideranças das comunidades. Depois estávamos na casa alugada, um tomando banho, outros jogando baralho na sala, oito horas da noite cercou a casa! (...) Já foi chegando botando algema em todo mundo, levaram para a delegacia em Unaí, depois para a delegacia de Paracatu, de lá para o DOPS em Belo Horizonte. Tive 4 dias no DOPS! (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).



Autor desconhecido. Unai/MG. 2 fot. *Folha do Noroeste* – 1/08/1989, p. 5. Documentação CPT/MG

A prisão dessas pessoas foi ocultada por um longo tempo, sendo negada pelos policiais dos vários lugares onde ficaram presos, sem poder informar essa prisão a seus familiares e companheiros, gerando grande apreensão. Foram deixados sem comunicação, submetidos a interrogatórios e maus tratos nas várias cadeias pelas quais passaram, inclusive no DOPS em Belo Horizonte.



Autor desconhecido. Unáí/MG. 2 fot. *Folha do Noroeste* – 1/08/1989, p. 5. Documentação CPT/MG

Algumas entrevistas indicam suspeitas sobre como as informações teriam “vazado”, possibilitando a ação policial antecipada, porém não foi possível confirmar qualquer dessas indicações, sendo essa questão objeto de dúvida até hoje. As interpretações sobre os motivos dessa prisão são várias, desde a identificação de uma maior organização dos fazendeiros e polícia na região até a avaliação posterior de que a proximidade em relação à Brasília trazia uma vigilância maior, por questões de segurança do Estado brasileiro:

Quando a gente avaliava que estava esgotando lá no Mucuri, nós fomos para o Noroeste, em 1989. Eu fui preso lá, eu e uma turma. Nós passamos um bocado de aperto lá! Eles prenderam lá em Unáí e viemos de camburão até Belo Horizonte. Eles infiltraram um cara da Polícia Civil dentro do PT lá e era muito amigo da CPT. Aí chegamos lá, procuramos a CPT, o PT, os sindicatos, indicaram um cara deles de confiança, nós fomos ver depois que o cara era da Polícia Civil. Aí ele nos pegou antes da gente fazer ocupação. (...) **E como estava próximo a Brasília, a gente não tinha essa leitura, acho que a vigilância era maior, área de segurança nacional.** A gente descuidou desse aspecto (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Numa matéria do jornal *Hoje em Dia*, do dia 1/8/89 - intitulada *Lei de segurança Nacional pode ser usada para os sem-terra*, compilada pela CPT - é mencionado parte do material que foi apreendido na prisão, que compreendia cartilhas com os títulos *A luta dos índios na terra*, *A luta dos sem-terra no Oeste Catarinenses* e *Perspectivas políticas do Brasil*. Na argumentação da matéria, a existência desses livros, tido como subversivo, aparece como indício das más intenções dos sem-terra e justificativa para a ação policial. O argumento de proteção à segurança nacional para justificar a violência contra os sem-terra pode ser melhor compreendido também em vista do fechamento do Governo Federal aos movimentos sociais, que se delineava nesse período e atingiu seu ápice no Governo Collor, empossado no ano seguinte.

Depois que foi descoberto onde estavam presos, uma mobilização em Belo Horizonte, realizada principalmente pela CUT e segmentos da Igreja Católica, conseguiu que fossem soltos:

Aí o boato correu, a igreja começou a mobilizar em Belo Horizonte, estava havendo um encontro de CEBs, com os bispos lá. Aí conseguiu achar a gente no DOPS, na Avenida Afonso Pena, aí a gente foi liberado. Mas esse processo durou muito tempo, eu tive que depor na Polícia Federal. Toda hora que a gente ia tirar uma certidão negativa aparecia aquilo lá e demorou muito tempo para poder sair (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

A nossa sorte na época é que estava acontecendo o encontro de CEBs em Belo Horizonte. Aí o povo ficou sabendo desse sumiço nosso, aí foi todo mundo para a porta do DEOESP¹⁸. (...) Nós estávamos no porão lá embaixo, a gente começou a ouvir uns gritos fora, uma coisa estranha, uma mobilização do lado de fora. (...) Parece que tinham deputados, advogados (...) Aí eles liberaram a gente (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Depois dessa prisão, os militantes foram perseguidos por longo tempo, ficaram “marcados”, tendo inúmeras dificuldades tanto em termos de organização política coletiva quanto aos seus direitos individuais básicos e suas possibilidades de trabalho. Foram realizadas novas tentativas de mobilização, porém com muito mais dificuldade em face dos riscos de serem novamente descobertos. Reuniões com grande número de pessoas se tornaram inviáveis e, cada vez mais, esses militantes passaram a depender do apoio das famílias da região para rearticular o movimento:

Não deu certo, a gente veio embora, aí eu voltei lá em Unaí e fiquei escondido na casa dos trabalhadores, organizando. Aí a gente passou a não fazer mais reunião, os trabalhadores levavam um a um lá, como se o cara fosse confessar (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

¹⁸ Departamento Estadual de Operações Especiais (DEOESP), departamento da Polícia Civil.

Muitas famílias confiavam nesses jovens quase desconhecidos, que passavam grande credibilidade em seus ideais e comprometimento com a luta pela terra, e continuavam a apoiá-los, protegendo-os, alojando-os secretamente e convidando novas famílias para conhecê-los. Assim, as redes de sociabilidade eram um dos poucos espaços nos quais ainda era possível estimular a organização, porém de forma lenta, fragmentada e arriscada.

Ofensivas contra as mobilizações: repressão, mediação e imprensa

No entanto, a Polícia Militar, buscando reprimir as mobilizações, apertou cada vez mais o cerco contra esses militantes, buscando tanto ameaçar as famílias de trabalhadores rurais, quanto procurava conquistar sua simpatia e cumplicidade através da doação de cestas básicas e promessas de proteção:

E a Polícia Militar começou a agir também. **Dava cesta básica e falava: “Se aparecer eles aqui, vocês avisam para a gente”.** Mas eu fiquei lá um bom tempo ainda fazendo essas articulações. Por que a gente tinha a confiança dos trabalhadores, **a gente era, tipo assim, adotado.** Na primeira reunião a gente já falava: “A gente não tem dinheiro pra pagar hotel”. A gente ia fazendo rodízio, se tivesse um serviço a gente ia fazer também, durante a semana. Mas era muito bacana a solidariedade, o que eles tinham a gente comia e a gente ficava ali com a família. Olha só, uma pessoa estranha! **Na primeira reunião eles sentiam na gente essa garra, essa vontade. E tudo moleque novo! Eu estava com 21 ou 22 anos.** Muito jovem, mas com muita responsabilidade e muita vontade (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Aí a gente voltou, mas a repressão estava muito grande, nós tivemos que resistir. Porque eles começaram a reunir com as famílias e ameaçar as famílias, e levar até cesta básica para eles. Na época, uma coisa que pegava muito era a situação econômica do povo, muito difícil. E o povo ficou com medo (Carlos, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Os depoimentos ressaltam a solidariedade entre os militantes e os trabalhadores da região, muitos os tendo alojado, assim como a repressão, o medo e as necessidades materiais que foram fortes obstáculos para a mobilização. No entanto, os militantes não relataram desconfiança por parte dos lavradores locais, algo provável diante do fato desses integrantes do MST serem totalmente desconhecidos, assim como o próprio Movimento, que ainda não tinha realizado ocupações de terra na região. Mesmo com o apoio de religiosos e sindicalistas locais, que ajudaram a quebrar o receio inicial, é de se supor que parte dos trabalhadores duvidassem das novas ideias e ações propostas, o que, infelizmente, não pudemos identificar nas fontes. É possível que os militantes se lembrem melhor daqueles com os quais tiveram maior contato, os mais receptivos e permeáveis às causas em questão, retendo pouco daqueles que, já de início,

mantiveram certa distância e hesitação. Por outro lado, explicitar a resistência de parte dos trabalhadores rurais à atuação do Movimento pode ser prejudicial na medida em que dá margem para que se questione a aderência de suas bandeiras e estratégias aos anseios dos camponeses, uma das fortes críticas à atuação do MST¹⁹.

Várias matérias de jornais (locais, regionais e estaduais) compiladas por integrantes da CPT, mostram alguns detalhes da prisão desse grupo de militantes, que podem nos trazer algumas informações elucidativas. Nas fotos dispostas anteriormente, chama atenção a pouca idade dessas lideranças, a presença de duas mulheres e, pelas vestimentas, o fato de terem sido surpreendidos pela prisão. Assim que foram soltos, buscaram denunciar à imprensa estadual a respeito da repressão que sofreram, porém a imprensa local se posicionou explicitamente contra os sem-terra:



Autor desconhecido. Unaí/MG. 1 fot. *Estado de Minas* – 1/08/1989, p. 15. Documentação CPT/MG

Em alguns jornais são citados os protestos de organizações como CPT, PT e CUT, denunciando a arbitrariedade da prisão em Unaí. Acusados de incitar ocupações de terra, foram mantidos incomunicáveis por cerca de três dias, sendo interrogados seguidamente nas várias cidades para as quais foram levados. Pelas notícias, é possível perceber que os militantes, que tinham entre 17 e 26 anos, evitaram inicialmente ser identificados como membros do MST e demonstrar que visavam ocupar terras, se declarando como membros de sindicatos de trabalhadores rurais e da CUT de municípios do Nordeste Mineiro.

Nas declarações da Polícia Militar, veiculadas por esses jornais, argumentavam que essas pessoas estavam “incitando a luta de classes”, formando grupos paramilitares para a “luta armada”. Dando mais detalhes de suas impressões sobre a atuação desses

¹⁹ Me refiro às críticas de José de Souza Martins e Zander Narravo. Para mais informações, ver CARTER, M (Org.). *Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Ed UNESP, 2010.

militantes, durante os 60 dias que estiveram na região, afirmam que eles se valiam de “cânticos e batidas de tambor” durante o treinamento para “doutrinação de líderes” na região. Ressaltou-se, assim, a apreensão de dois revólveres e material “doutrinário” em posse dessas lideranças.

A PM informou que a Igreja Católica, a CUT e o PT estariam também incentivando essas ações na região, que era organizada principalmente pelo MST. Pelo que foi possível observar nessa documentação, a participação da CPT e da CUT são bem evidentes, sendo o sindicato de Unai vinculado à CUT nesse período. Em nenhuma das matérias foi mencionada a FETAEMG, nem como apoio das ações, nem como defensora desses trabalhadores após a prisão.

Certas matérias enfatizam o apoio, considerado generalizado, da população de Unai à ação da PM, em “defesa da ordem, segurança e bem-estar social” e do “patrimônio”. É relatado como o sindicato patronal desse Município estava organizado em torno do enfrentamento dessas ações “desordeiras”, baseadas na formação de “bandos para invadir terras alheias”.

Uma nota - veiculada pelo *Estado de Minas* do dia 1º de agosto de 1989 - embasada nos argumentos citados acima - adverte sobre o risco de “perda de vidas humanas” pela reação violenta dos proprietários rurais, que, sentindo-se “desamparados”, poderiam agir em sua defesa. Essa nota - intitulada *Povo de Unai apoia ação da Polícia Militar* - foi assinada por: Sindicato Rural de Unai (patronal), Prefeitura Municipal de Unai, Câmara Municipal de Unai, Lions Clube de Unai, Rotary Clube de Unai, Loja Maçônica Mestre do Rio Preto, Cooperativa Agrícola de Unai, Associação Médica de Unai, Associação Comercial e Industrial de Unai, Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias, Ordem dos Advogados – 27º subseção de Unai - MG.

A imprensa também repercutiu o fato de, depois de alguns dias da prisão, CUT e PT reconhecerem que havia planos de “invasão” de áreas desapropriadas, com realização de reuniões e cadastramento de famílias. Em várias delas é enfatizado como esses atores passaram a admitir publicamente que defendem ocupações de terra como caminho para a reforma agrária, entendendo que essa seria uma confissão de culpa.

Apesar de a imprensa ser majoritariamente contrária aos sem-terra, houve disputa pela interpretação dos fatos através de variados jornais, em busca da conquista da opinião pública na região. Várias organizações, principalmente CUT e CPT, buscaram inserir suas interpretações nas reportagens, porém com grande dificuldade. Tratava-se de um contexto mais amplo de crescente influência da mídia nos conflitos políticos. Os movimentos passaram crescentemente a almejar esse espaço, uma luta simbólica que influencia na produção de acontecimentos e relações de poder em jogo²⁰.

20 CHAMPAGNE, Patrick. *Formar a opinião: o novo jogo político*. Petrópolis: Vozes, 1996.

No que se refere às narrativas sobre o processo estudado, destaca-se a pouca idade dos militantes diante de tanta “responsabilidade”, como afirmou Renato, enveredando por regiões onde eram totalmente desconhecidos, propondo a realização de ações fortemente reprimidas, como as ocupações de terra naquele contexto. Lerrer²¹ demonstrou como a primeira geração de militantes do MST tinha uma forte percepção da militância enquanto “devoção”, um “espírito de serviço” à coletividade, e estavam fortemente influenciados pelos valores missionários da Igreja Católica. Esse sentimento é marcante entre os primeiros militantes do MST formados em Minas Gerais, motivando-os para o enfrentamento de adversidades noutras regiões.

Cabe salientar também como esses jovens conseguiram a confiança de parte das famílias de trabalhadores rurais da região, sendo por eles ajudados em situações arriscadas, motivando-as para as mobilizações e arregimentação de novas famílias de conhecidos e familiares. Policarpo resumiu esse processo, cujo maior obstáculo foi a intensa ação policial para limitar as possibilidades de comunicação dos militantes do MST com os trabalhadores rurais da região:

Nós resolvemos expandir o Movimento dos sem-terra, então fomos para o Noroeste de Minas, em 1989. Organizamos lá, porém antes da gente ocupar, a polícia prendeu os militantes. Ficamos presos 4 dias em Belo Horizonte, voltamos para Teófilo Otoni, tomamos um fôlego e voltamos para o Noroeste, região de Unaí. Mas a polícia em cima, não deixava a gente sair de casa, para o trabalho, a P2, todo mundo. Aí resolvemos voltar e organizar por aqui afora (Vale do Rio Doce) (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Assim, esses atores tiveram grandes dificuldades na realização de ações de mediação junto aos trabalhadores rurais da região. Neves²² entende *mediação* como *bricolagem* entre fragmentos de diversos universos de significação, num único arranjo, possibilitando novas significações e o direcionamento de esforços conjuntos num mesmo sentido, em especial para a transformação social. Dessa forma, essas ações ligam visões de mundo e projetos políticos diversos, reorientando-os para pontos em comum, fortalecimento de identidades, enfrentamento de adversários e interação com outras instâncias. Trata-se de um processo de interação entre saberes, experiências e utopias, sistematizadas em vista de objetivos concretos, no caso aqui discutido, interação entre organizações, movimentos e trabalhadores rurais em torno das possíveis ocupações de terra na região.

21 LERRER, Débora Franco. Trajetórias de Militantes Sulistas: nacionalização e modernidade do MST. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

22 NEVES, Delma Pessanha. (Org.). Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.

No entanto, como demonstrou Novaes²³, as ações de mediação não são articuladas somente em prol da transformação, sendo recorrentemente utilizadas na defesa do *status quo* contra os grupos mobilizados. Assim, policiais, autoridades locais e fazendeiros também se valeram dessas ações para deslegitimar os militantes do MST frente aos trabalhadores rurais da região, assim como espalhar o medo de repressão intensa contra aqueles que com eles se relacionassem.

Mobilizações no Triângulo Mineiro

Pela intensa perseguição e risco frequente de serem novamente descobertos e presos, os militantes resolveram abandonar, naquele momento, o projeto de realizar ocupações no Noroeste. Então, dirigiram esforços também para o Triângulo Mineiro, chegando a realizar algumas ações, no entanto também não tendo sucesso naquele momento:

Aí a gente fez uma avaliação e viu que **não era o momento de fazer ocupação**, poderia a gente levar a uma situação pior de conflito. Vimos embora e fomos em seguida para o Triângulo Mineiro, na cidade de Iturama, começamos a articular com os movimentos de lá. Houve um convite da Pastoral da Terra. Em 90 nós fizemos a primeira ocupação no Triângulo Mineiro, acho que era Fazenda Colorado. Um número de famílias pequeno e a gente saiu com 3 dias, montamos acampamento na beira da estrada. Depois ocupamos uma outra área, mas a perseguição da polícia lá também era muita. Todo dia a polícia visitava o acampamento: **“As lideranças de Teófilo Otoni estão aí? Nós estamos procurando.”** (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Essa região era vista como promissora pelo grande número de latifúndios e trabalhadores rurais, assim como pela maior qualidade das terras, vislumbrando melhores condições de vida e trabalho para os possíveis assentados. Essa região contava também com uma organização mais efervescente de grupos mobilizados em prol da reforma agrária, pois existiam outras mobilizações em curso, desencadeadas por diversos movimentos influenciados pela crescente generalização da “forma acampamento” como “linguagem” progressivamente legitimada por segmentos significativos do poder público²⁴.

O MST se inseriu na região como possibilidade de massificar e intensificar essas ações com o advento de estratégias consolidadas nas experiências noutras regiões. Portanto, o Movimento poderia situar mobilizações locais num novo patamar, tendo maior permeabilidade no campo institucional e junto a opinião pública.

23 NOVAES, Regina Reyes. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In: MEDEIROS, Leonilde et al (Org.). Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.

24 SIGAUD, Lygia A Forma Acampamento: Notas a Partir da Versão Pernambucana. Novos Estudos Cebrap, no 58, p. 73-92, 2000.

As mobilizações do MST também poderiam trazer uma maior reprodução das ocupações de terra, na medida em que esse movimento dispunha de experiência na articulação entre as famílias acampadas, assentadas e lideranças do MST nos trabalhos de base. As relações de reciprocidade entre os trabalhadores rurais e destes com os militantes do Movimento - estabelecendo um compromisso de continuar contribuindo na luta - são elementos chave para a continuidade e sucesso nos processos de mobilização²⁵.

Destaca-se, então, o papel fundamental das famílias previamente mobilizadas para o desenvolvimento de novos trabalhos de base, realizando o “convite” para que outras famílias formem as novas mobilizações:

Essa lógica de *obrigações e compromissos* permite-nos entender então a lógica das ocupações. Atores que cumprem certas *obrigações e compromissos* mobilizam outros atores, conectados entre si. Assim, a “territorialização da luta” adquire uma forma, como se fosse uma grande espiral. Um assentamento sempre está conectado com um acampamento e, por sua vez, um acampamento sempre terá um vínculo com outro, em formação ou já formado. Sem dúvida nenhuma, essa forma se torna um elemento inovador na luta pela terra no Brasil e, especificamente, da ocupação de terra²⁶.

As redes de relações - entre trabalhadores rurais e destes para com o MST - “são as condições sociais que fazem possível a espiral das ocupações de terra”²⁷. Dessa forma, a inserção de militantes do MST na região poderia potencializar o aumento do número de ocupações, uma “máquina de fazer sem-terra, de territorializar a luta”²⁸.

Porém, as lembranças desses militantes sobre as várias incursões no Triângulo Mineiro remetem à dificuldade para realizar as ocupações de terra e grande perseguição policial. A União Democrática Ruralista (UDR)²⁹ tinha uma organização mais antiga na região e, diante da repercussão das ocupações que ocorreram no Nordeste Mineiro, estava atenta em relação à possibilidade de ocupações noutras regiões de Minas Gerais:

Depois de 1994 nós fomos para o Triângulo Mineiro, tentamos ocupação lá. Onde a gente foi não acabou não, ficou alguma coisinha, não ficou muita expressão. Depois o próprio Movimento dos Sem-terra, com a

25 LOERA, Nashieli Rangel. *A espiral das ocupações de terra*. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

26 *Ibidem*, p. 58.

27 *Ibidem*, p. 129.

28 *Ibidem*, 58.

29 Criada a partir de 1985, mesmo não oficialmente, a UDR foi uma das principais formas de organização do patronato rural nas décadas de 1980 e 1990. Marcada pelas ações de violência, em defesa da grande propriedade fundiária, contra trabalhadores rurais mobilizados na luta pela terra e reforma agrária, esse grupo conferiu certa identidade a grande parte do patronato rural brasileiro, sendo importante meio de organização e representação. Nesse processo, a UDR organizou leilões de gado, formou milícias privadas, deu apoio jurídico a fazendeiros, financiou políticos que representassem seus interesses, conseguindo, assim, dispor de um grande poder em várias instâncias. BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. *Revista Instituto Estudos Brasileiros*. São Paulo. 40, p. 69-90, 1996.

criação da SR 28, a regional do INCRA, aí criou uma regional do MST também no Noroeste, mas vinculada a Brasília, então ficou por lá e fomos para o Triângulo Mineiro, e apanhamos também. Lá era mais difícil ainda, a UDR nasceu lá né, em Campina Verde (Pacheco, entrevista ao autor, 11/07/2013).

Pacheco, assim como de outros militantes, atribui os fracassos principalmente à força dos adversários, não tratando das difíceis relações do Movimento com a base de trabalhadores rurais e com outros movimentos e organizações que buscavam mediar o processo de luta pela terra na região. Por outro lado, em alguns depoimentos são mencionadas as disputas pelo direcionamento das ações entre o MST e outros grupos já organizados tanto no Noroeste quanto no Triângulo. Um grupo citado quanto a essas disputas foi a FETAEMG, que, nesse contexto, passou a ter mais segmentos internos empenhados na luta pela terra:

Ela (FETAEMG) fazia ocupação de terra também. Por que vira moda, todo mundo acha que tem que fazer ocupação para ser o pai, a mãe. Mas a gente compreendia isso, tocava a luta, eu acho que tem espaço para todo mundo (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013).

De forma similar aos descompassos existentes nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, existiam discordâncias quanto à forma e ao momento adequado para se ocupar as terras, o que pode ter sido determinante para o MST retrain sua participação por alguns anos nessas regiões:

Houve divergência dos movimentos (CPT, STR) que acompanhavam ali com o MST e houve uma disputa direta dentro desse acampamento, colocou lá em votação se queria ficar com o Movimento ou com o pessoal de lá. (...) A gente falava que, como a área já estava desapropriada, **nós tínhamos que ocupar a área**. Nós estávamos ali perdendo tempo na beira da estrada (...) Eles achavam que depois que fizesse tudo direitinho, bonitinho, o **governo ia falar para entrar. A gente achava que tinha que ocupar**, foi essa divergência, nós nos retiramos de lá e eles criaram outros movimentos, lá tem vários movimentos. Tem o MST que voltou depois para lá, tem o MLST, tem o M não sei o que, tem um monte (Renato, entrevista ao autor, 11/07/2013, grifos nossos).

Vários depoimentos salientam como a postura do MST era de ocupar ao revés das determinações e expectativas governamentais para, diante desse acontecimento, pressionar para que o governo se movimentasse mais rapidamente e de acordo com as pautas das mobilizações:

Naquela região a FETAEMG já tinha algumas lutas lá. Pedia a desapropriação e depois, quando desapropriava, eles ocupavam. Mas não era esse tipo de ocupação que você entra no peito! O latifúndio tá ali

improdutivo, não queremos saber se está desapropriado ou não. Vamos ocupar para forçar a desapropriação! (Policarpo, entrevista ao autor, 10/07/2013).

Assim, diante das mobilizações em curso, esses militantes do MST se inseriram numa *figuração*³⁰ como nova força, tanto nos espaços de alianças quanto das disputas pela representação dos trabalhadores rurais na região. Na relação com os outros movimentos e organizações na luta pela que já atuavam nesse contexto, buscaram ocupar um lugar que entendiam estar ainda relativamente em aberto.

No entanto, a forte reação dos adversários, que buscaram inibir as ocupações, e algumas divergências com os aliados minaram suas mobilizações e possibilidades de efetivação de um fluxo de ocupações de terra nesse momento. Por isso, se retiraram e dirigiram seus esforços para outra região, o Leste de Minas Gerais, onde conseguiram desenvolver um intenso processo de mobilização, conquistando várias ocupações e assentamentos em locais emblemáticos, como a Fazenda do Ministério³¹, dentre tantas outras. Daí em diante o MST tem um crescente fortalecimento em Minas Gerais, especialmente na década de 1990, assim como em várias outras regiões do Brasil³².

Considerações Finais

Apesar das incursões nas regiões Noroeste e Triângulo Mineiro não terem se convertido diretamente num novo fluxo de ocupações e assentamentos, foram experiências extremamente significativas e enriquecedoras, tanto para os militantes que se aventuraram nessa empreitada, quanto para as outras organizações e trabalhadores rurais dessas regiões. Esses atores, pouco tempo depois, conquistaram feitos consideráveis no processo de luta pela terra no estado, em grande medida valendo-se de conhecimentos adquiridos nessas mobilizações frustradas.

Como salientado anteriormente, os militantes provenientes dos vales do Jequitinhonha e Mucuri tiveram sucesso considerável em suas ações posteriores, de imediato na região Leste de Minas Gerais, enfrentando forças tidas como intransponíveis por grande parte dos grupos mobilizados nessa região. Por outro lado, poucos anos depois, o Noroeste e o Triângulo Mineiro se tornaram algumas das regiões com maior número de ocupações e assentamentos, tendo destaque estadual e nacional

30 ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L. Estabelecidos e outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

31 Fazenda localizada em Governador Valadares que, apesar de pertencente ao poder público, foi sistematicamente utilizada por fazendeiros da região desde a década de 1940. No início da década de 1960 foi objeto de luta dos trabalhadores rurais e destinada para a reforma agrária, sendo essa uma das motivações para a articulação do golpe civil-militar em Minas Gerais. Desde então essa área tem simbolizado a força dos fazendeiros, gerando grande temor entre os trabalhadores rurais, um tabu para os movimentos na região. Apesar disso, em 1994 o MST ocupou essa fazenda, conquistando o hoje denominado Assentamento Oziel Alves Pereira, redimensionando seu significado (Zangelmi, 2014).

32 ZANGELMI, Arnaldo José. Traduções e Bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste Mineiro nas décadas de 1980 e 1990. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

no processo de luta pela reforma agrária, em grande medida pelo próprio retorno do MST a esses espaços. Assim, como afirmou Pacheco, importante liderança do MST nessas ações, esses militantes “deixaram uma sementinha lá”. Por outro lado, levaram também algumas consigo, na medida em que essas experiências deram base para seu sucesso nas novas mobilizações, pautando suas relações com aliados, estratégias contra os adversários, acesso à opinião pública e interação com o campo institucional.

Na dinâmica histórica, os atores coletivos se formam através de diversas situações de enfrentamento ao longo do tempo. Assim as vivências concretas, tendo seus fragmentos reunidos nos contextos de luta, forjam um sentimento de pertencimento, fundamental para o delineamento das identidades. Nesse processo de autoformação, as mobilizações políticas, mesmo que frustradas, possibilitam experiências que, preservadas em memórias dispersas, são material valioso para a construção das futuras formas de luta³³.

Portanto, estudar as mobilizações frustradas pode contribuir significativamente para compreender melhor as que sucederam com êxito, cujos resultados geralmente atraem mais atenção acadêmica e política. Nas mobilizações sem grandes impactos, cujas conquistas não são mensuráveis e/ou as derrotas não são espetaculares, se escondem processos históricos elucidativos. Como na metáfora de Émile Zola em *Germinal*, ao olhar a sementeira e a germinação lenta pode-se apreender mais profundamente o rebentar da terra e as futuras colheitas.

Artigo recebido em 07 de novembro de 2016.

Aprovado em 22 de junho de 2017

33 THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.